

## **Existe mesmo um jornalismo em prol da cidadania?<sup>1</sup>**

Letícia Paola Beilfuss<sup>2</sup>

Marco Antônio Bonito<sup>3</sup>

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, São Borja-RS

### **RESUMO**

Este artigo é resultado do primeiro capítulo da monografia intitulada “Acessibilidade Comunicativa na Práxis Jornalística Cotidiana<sup>4</sup>”. A pesquisa tinha como objetivo compreender de que forma a acessibilidade comunicativa pode ser incluída na rotina jornalística tendo o papel do profissional jornalista como social e o não uso da acessibilidade na totalidade da produção de conteúdos jornalísticos. Para este projeto, foi escolhido trabalhar com acessibilidade para Pessoas com Deficiência Visual (PDV) e Pessoas com Deficiência Auditiva (PDA), ou seja, as deficiências do âmbito sensorial cognitivo. Por meio de pesquisa documental e bibliográfica, tivemos o nosso resultado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo; Cidadania; Direitos Humanos; Acessibilidade.

### **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa tem como objetivo problematizar de que maneira a acessibilidade comunicativa pode influenciar a prática jornalística. Para este trabalho definimos trabalhar com as Pessoas com Deficiência Visual (PDV) e Pessoas com Deficiência Auditiva (PDA), ou seja, com as deficiências sensoriais no âmbito cognitivo. Deficiência sensorial é caracterizada pelo não funcionamento (total ou parcial) de algum dos cinco principais sentidos.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no RS, existem cerca de 1.900.634 PDV e 617.344 PDA parcial ou total. Portanto, esta pesquisa se justifica, primeiramente, pelos números, ou seja, há 10.693.929 milhões de pessoas no RS. Dessas 1.962.368 possuem Deficiência Visual (DV) ou Deficiência Auditiva (DA). Em segundo lugar, é raro ver, nos meios de comunicação, a acessibilidade. Para nós, isso reflete como se o jornalismo não reconhecesse estas pessoas como consumidores de notícia.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no II - Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

<sup>2</sup> Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. E-mail: leticiapbeilfuss@gmail.com

<sup>3</sup> Professor orientador deste trabalho. E-mail: marcobonito@gmail.com

<sup>4</sup> Apresentada e defendida por Letícia Paola Beilfuss, dia 05 de Dezembro de 2016, na Universidade Federal do Pampa, em São Borja.

## **Jornalismo e o seu papel social**

Segundo Nelson Traquina, é absurdo pensar que podemos definir o jornalismo numa só frase ou em um livro, entretanto, poeticamente, ele retrata que jornalismo “é a vida em todas as suas dimensões, como uma enciclopédia.” (TRAQUINA, 2005, p. 19). Deste modo, podemos entender que o jornalismo trata-se de significados do mundo, espalhadas e separadas por seções (economia, ciência, política, cultura, educação, etc.) que abrange o ambiente local, regional e nacional. Mas por que ser Jornalista?

Disse Hipólito da Costa, em 1808, na primeira linha do primeiro periódico a circular no Brasil, o *Correio Braziliense*<sup>5</sup>: “O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela”. Conforme Alberto Dines nos apresenta uma cópia do periódico em seu livro, “O papel do jornal e a profissão do Jornalista”, pensemos na identidade profissional do Jornalista.

Hipólito refletiu sobre uma profissão que, na época, não era reconhecida, entretanto, se trata de uma reflexão que é cabível até os dias atuais. Suas palavras denominadas revolucionárias por Dines propõem a quem lê uma viagem ao conhecimento do papel social do jornalista, colocando o jornalismo como missão perante a sociedade, no qual “ninguém é mais útil do que aquele que se destina mostrar, com evidência, os acontecimentos do presente e desenvolver as sombras do futuro” (DA COSTA apud DINES, 2009, p. 13). Através disso, entende-se que o jornalista está comprometido com a sociedade de tal modo que é visto como um “cão de guarda”, no qual ao latir, mostra e informa, chamando a atenção sobre determinado assunto.

Ao falar de comprometimento, podemos destacar Bill Kovach e Tom Rosenstiel, no qual, no livro “Elementos do Jornalismo”, trazem uma lista com nove requisitos para a profissão do jornalista. São elas;

1. A primeira obrigação do jornalismo é a verdade.
2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
3. Sua essência é a disciplina da verificação.
4. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam.
5. Deve servir como um vigilante independente do poder.
6. Deve outorgar

---

<sup>5</sup> *Correio Braziliense* foi um mensário português publicado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça em Londres. Precursor dos chamados “jornais de Londres” em particular, e dos jornais portugueses no exílio em geral (1808-1820), é também considerado o primeiro jornal brasileiro. Circulou de 1 de junho de 1808 a 1 de dezembro de 1822, contando 175 números, agrupados em 29 volumes, editados durante 14 anos e 7 meses, ininterruptamente, com marcante pontualidade.

um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso. 7. Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno. 8. Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada. 9. Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003. p. 22-23)

Deste modo, interpreta-se que, através do jornalismo, a sociedade pode ter a verdade e também lutar pelos seus direitos com as suas demandas. Temos o jornalismo, como um espaço público, no qual a partir dele a sociedade mostra do que necessita.

Tudo parte de um processo, no qual, ao informar, nossa profissão faz com que o leitor/telespectador/ouvinte forme sua opinião perante aquilo que lê/vê/ouve, portanto o jornalista também é um educador para a sociedade. Sendo assim, podemos, conforme Dines, comparar que “o jornalista se relaciona com o leitor como um psicanalista com seu paciente, um marido com sua mulher, o pai com o seu filho. São espelhos um do outro, reflexos, continuações, interações, partes, enfim, de um mesmo processo” (DINES, 2009, p. 136). Assim, o jornalista escreve para seu leitor e é por ele, e para ele, que deve se pautar, tornando-os um reflexo um do outro. Diante disso, conclui-se que a informação não acaba quando uma matéria é publicada e lida/ouvida/assistida, ou seja, após ser consumida pelo receptor, a informação continua na sociedade.

Ao considerar a informação como “estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo ou sociedade” (BARRETO, 1996, p. 2), que pode ser compreendida como um bem intelectual permite ao receptor, poder refletir;

A informação é qualificada como um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo social. Deixa de ser, unicamente, uma medida de organização por redução de incerteza, para ser a própria organização em si. Fica estabelecida uma relação entre informação e conhecimento, que só se realiza, se a informação é percebida e aceita como tal, colocando o indivíduo em um estágio melhor, consciente consigo mesmo e dentro do mundo onde se realiza a sua odisseia individual. (BARRETO, 1996, p. 2)

A partir disso, é nesse momento que reside à grandeza de se produzir uma matéria: o modo como o jornalismo auxilia na propagação do conhecimento da sociedade.

## **Direitos Humanos e Cidadania**

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>6</sup> (DUDH), estes existem, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os Direitos Humanos são universais e inalienáveis, ou seja, são aplicados de forma igual, na qual ninguém pode ser privado de seus direitos. Há inúmeros artigos na Declaração, entretanto, levando em conta o âmbito comunicacional, nos deparamos com um que condiz com o papel social do jornalismo: o direito à informação, liberdade de expressão e opinião; “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948, p. 9). Neste sentido, entendendo o Jornalismo com seu papel social informa e se comunica, dá ao receptor a capacidade de que ele crie sua opinião e exerça o seu papel de cidadão, assim, quando não há informação acessível, não há respeito aos Direitos Humanos, pois qualquer indivíduo, perante a lei, é igual ao outro.

Portanto, quando se fere os direitos de uma pessoa, isso acarreta automaticamente na cidadania dela. Marshall (1967) tem uma concepção de cidadania como um conjunto de direitos e deveres atribuídos ao cidadão. Por este ponto de vista, temos três dimensões de direitos: civis, políticos e sociais, sendo os civis fundamentais à vida, os políticos à participação do cidadão no governo e os sociais no direito à educação, ao trabalho, etc. Entretanto, o cidadão pleno é aquele que usufrui dos três tipos de direitos já expostos aqui, caso o contrário, resulta na desigualdade social.

Deste modo, pensemos que para haver cidadania é necessário que o cidadão saiba os seus direitos, mas como uma PDV ou PDA, poderá sabê-los e colocá-los em prática se ele não é tratado como um cidadão normal?

Tendo em vista que “o princípio básico da cidadania se apoia na ideia de igualdade” (GALDINO, MORAGI, VANZ, 2003, p. 72) e levando em conta que a informação é um direito de todos, a partir do momento que deixamos de comunicar de uma maneira isonômica, estamos, indiretamente, prejudicando alguém e, desta maneira, compartilhando da desigualdade social. Temos a informação, como um ato intelectual, entretanto, quando isso afeta alguém, inferioriza esta pessoa diante dos outros. Conforme Carvalho “a ausência de uma população educada (e informada) tem sido um

---

<sup>6</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento a fim de respeitar e firmar direitos universais. Esse documento foi aprovado no dia 19 de dezembro de 1948, em Paris. Está disponível em: [www.dudh.org.br](http://www.dudh.org.br).

dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política” (CARVALHO, 2004, p. 11), deste modo, a partir do momento em que não informamos, fechamos as portas para o cidadão, como salienta Gentilli;

o cidadão tem o direito de ser provido das informações necessárias para o seu dia-a-dia, assim como um pai, que tem a obrigação de levar o seu filho ao posto de vacinação, tem o direito de receber as informações necessárias para que cumpra com esta obrigação sem dificuldades. Informação sobre saúde e profilaxia, formas de prevenção de doenças, informações sobre reidratação oral, sobre mecanismos para evitar a meningite ou o cólera ou sobre a AIDS, informações sobre campanhas de vacinação, devem ser concebidas nesta dimensão. O jornalismo é uma das formas de expressão deste direito social. (GENTILLI, 2002, p. 44)

Sendo assim, se partirmos do pressuposto que o acesso e o uso da informação, são os alicerces para a construção da cidadania, fazendo com que se construa uma sociedade mais justa, digna e com maiores oportunidades para todos os cidadãos, concluímos que os cidadãos precisam da informação para exercer seus direitos de modo que o direito à informação é necessário ao exercício dos demais direitos da cidadania (GENTILLI, 2005, p. 128).

Desse modo, o acesso à informação é o pontapé inicial que dá acesso aos demais direitos. É por meio da informação que os cidadãos podem construir opiniões e fazer escolhas com autonomia, de modo que ela os auxilia a exercerem suas prerrogativas, tornando, por meio de sua difusão, mais acessível os demais direitos.

Penso o jornalismo como uma atividade indispensável no mundo contemporâneo, como o instrumento que viabiliza o direito à informação, onde os jornais desempenham a função de mediadores e os jornalistas, individualmente, de representantes do leitor, telespectador e ouvinte, como indivíduos, consumidores e cidadãos (GENTILLI, 2005, p. 142).

Para isso, usamos do conceito de Cidadania Comunicativa, de Maria Cristina Mata<sup>7</sup>, que se fundamenta na participação ativa dos sujeitos onde eles estão inseridos. Para Mata (2006), o cidadão pode ser quem necessita, quem demanda e quem decide, ou

---

<sup>7</sup> Formou-se na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Nacional de Córdoba Argentina. Diretora da Escola de Ciências da Informação, Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Córdoba.

seja, ele cumpre diversos papéis na sociedade. Através da cidadania comunicativa o indivíduo pode ampliar a participação dele na sociedade. Conforme BONITO:

[...] a cidadania comunicativa compreende e possibilita a participação dos diversos sujeitos num processo de criação democrático, o que amplia as práticas de cidadania, caracterizando-se também pelo acesso dos sujeitos às tecnologias. Este é um forte indicador do direito à comunicação e à informação e dos processos de democratização, que ampliam a capacidade de intervenção e de ação cultural, social, política e comunicacional. (BONITO, 2016, p.188)

Nesse sentido, entendemos que a comunicação está interligada à cidadania das pessoas, pois a partir da comunicação se dá a opinião e a expressão do indivíduo, fazendo com que, neste contexto, ele participe da sociedade sem restrições. Para as PcD, ao exercer a sua cidadania, isso também faz com que haja uma inclusão social. Usamos da definição de inclusão para explicar a exclusão. Segundo Gil a inclusão social “é o processo pelo qual a sociedade procura adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos”, (Gil apud SPIGAROLI; SANTOS; SCHLÜNZEN; et al., 2005, p. 212), portanto, quando não há acessibilidade, não há oportunidade, igualdade ou inclusão.

Com o passar dos anos, as PcD foram tomando o seu espaço. Um processo longo e demorado para chegar à inclusão. Segundo Gugel (2007), na Grécia Antiga, os recém-nascidos que possuíam algum tipo de deficiência eram abandonados ou mortos pela própria família. Na idade média, a população encarava o nascimento destas pessoas como castigo de Deus. Os supersticiosos viam nelas poderes especiais de feiticeiros ou bruxos. Na idade moderna, técnicas de comunicação foram desenvolvidas para pessoas cegas e surdas. O braille<sup>8</sup>, na França e a língua de sinais<sup>9</sup>, na Espanha.

O século XX trouxe avanços tecnológicos importantes para as PcD. Também neste século, mais precisamente em 1948, após a criação da Organização das Nações Unidas<sup>10</sup> (ONU) criou-se a DUDH, que constitui no artigo 25, uma menção expressa às PcD, na qual diz que:

<sup>8</sup> O Braille é um alfabeto convencional cujos caracteres se indicam por pontos em alto relevo. O deficiente visual distingue por meio do tato.

<sup>9</sup> Língua que se utiliza de gestos, sinais e expressões faciais e corporais, em vez de sons na comunicação. As línguas de sinais são de aquisição visual e produção espacial e motora. São as línguas naturais de cada comunidade de Surdos.

<sup>10</sup> Organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional. Foi estabelecida em 24 de outubro de 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, com a intenção de impedir outro conflito como aquele.

---

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (ONU, 1948)

Deste modo, podemos observar que não há um tratamento diferenciado entre PcD ou pessoas ditas “normais”. Os Direitos Humanos, como já dito aqui, são universais e condizem que todas as pessoas têm direitos e deveres iguais ao do outro. A informação, neste sentido, deveria ser dada da mesma maneira.

O século XXI é marcado pela integração das PcD com a sociedade, entretanto, essa integração e inclusão não é realizada de maneira ampla, no qual estas pessoas são tratadas como pessoas normais, conforme Sasaki:

Cabe à sociedade eliminar todas as barreiras arquitetônicas, programáticas, metodológicas, instrumentais, comunicacionais, e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informação e bens necessários ao desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. (SASSAKI, 1997, p. 45)

Portanto, levando em conta o âmbito comunicacional, no qual quem comunica também faz parte da sociedade, ou seja, antes de sermos jornalistas, somos cidadãos, ou seja, “o jornalista e o leitor, assim, fazem parte do mesmo bolo social” (DINES, 2009, p. 73), também somos leitores/telespectadores/ouvintes, assim, o jornalista é o reflexo da sociedade em que convive e cabe a nós, profissionais da sociedade, eliminar os entraves colocados no cotidiano, pois se não aplicamos isso, a sociedade não aplicará.

## **Jornalismo e Acessibilidade Comunicativa**

O pesquisador Wilbur Schramm<sup>11</sup> sugere definir comunicação através da origem da palavra. Ele descobriu que Comunicação vem do latim *communis*, comum e *communicare*, tornar comum, compartilhar. Diante disso, partindo do pressuposto de comum, temos a ciência que significa algo habitual, algo comum para todos, entretanto, “para se ter algo comum com alguém é preciso que haja esse alguém” (DINES, 2009, p.

---

<sup>11</sup> Considerado o fundador do campo de Estudos de Comunicação, foi o primeiro indivíduo a identificar-se como um estudioso de comunicação.

80), desta forma, para algo ser comum para todos, é necessário que se compartilhe esse algo.

Levando em conta o Jornalismo e partindo do mesmo método etimológico, descobriu-se que a palavra informação também vem do latim, *in formatio* (em formação), que se refere a organizar, portanto, temos então uma resposta: Algo que é organizado, que deve ser compartilhado para se tornar comum.

Assim, podemos compreender que o papel social do jornalismo é organizar e compartilhar informações que possam ser compreendidas e úteis à vida cotidiana e à cidadania. Contudo, a linguagem jornalística produz barreiras comunicativas que impedem ou dificultam o acesso à informação pelas PcD. Para eliminar essas barreiras o jornalista pode trabalhar com recursos acessíveis disponíveis hoje. Baseados na Acessibilidade Comunicativa compreendida como “o conjunto de processos que visam desobstruir e promover a comunicação sem barreiras como direito humano fundamental” (BONITO, 2015, p. 88). Desta forma, podemos usar da prática do Desenho Universal, projeto de produtos que podem ser usados por todos, sem adaptações, ou seja, qualquer pessoa, independente de suas características (altura, tamanho ou até deficiência).

Não se trata de uma tecnologia direcionada às pessoas com algum tipo de deficiência, mas “a ideia do Desenho Universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para PcD, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos” (CARLETTO E CAMBIAGHI, 2008, p. 10). A prática do desenho universal parte de sete princípios<sup>12</sup>: Igualitário, Adaptável, Óbvio, Conhecido, Seguro, Sem esforço e Abrangente, todos eles preparados para receber qualquer pessoa em qualquer situação. No âmbito comunicacional, trabalhamos a partir do princípio conhecido, onde se refere em comunicação de fácil percepção, ou seja, quando uma informação é transmitida de uma forma em que todos possam receber de maneira igualitária, através de diferentes maneiras (texto, vídeo, LIBRAS ou Braille).

No jornalismo diário há restrições para que as PDV e PDA consumam as informações. Mesmo com o advento da internet, que só potencializa o Jornalismo para uma cobertura mais ampla, seja ela de conteúdo ou de pessoas, são raros os conteúdos

---

<sup>12</sup> Mais detalhes em: [http://www.vereadoramaragabrigli.com.br/files/universal\\_web.pdf](http://www.vereadoramaragabrigli.com.br/files/universal_web.pdf).

que possuem a prática do Desenho Universal, ou seja, não há conteúdo informativo para pessoas cegas ou surdas, da mesma forma que há para quem enxerga ou ouve.

Neste sentido, percebe-se que há uma grande desigualdade social e cultural, totalmente produzida por quem deveria produzir a homogeneidade: Os informantes. Ressaltamos e voltamos a dizer que um dos principais papéis do jornalista é o papel social. Pessoas consomem o que fizemos, entretanto, por que não produzir para todos? Neste sentido, considerando que “o jornalismo tem uma função social nobre, transformar as informações em conhecimento público, logo não podemos continuar a fazer distinção, por preconceito comunicativo, de quem deve ou não ter acesso ao conhecimento gerado” (BONITO, 2012, p. 14), o jornalista ao construir sua narrativa, desde a ideia em que surge a pauta, já deveria pensar na Acessibilidade Comunicativa como uma das práticas jornalísticas consagradas. A acessibilidade comunicativa se trata de disponibilizar o conteúdo com acessibilidade com recursos tecnológicos: Audiodescrição (AD), Janela de Tradução em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Braille, contraste, opção de “zoom” nos textos, dentre outros. Claro que essas opções não são apenas disponíveis para o webjornalismo, entretanto, a TV Aberta e o Rádio, desde os anos 2000 protelam as leis e os decretos que regulamentam as questões dos direitos das pessoas com deficiência. Hoje em dia, o que está em vigor é a portaria nº 188<sup>13</sup>, de 2010, que especifica a quantidade de programação acessível que as emissoras brasileiras devem cumprir, entretanto, não há um prazo definido para isso acontecer.

Neste sentido, podemos ressaltar o objetivo principal de Desenho Universal, “definir um projeto de produtos e ambientes para ser usado por todos” (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008) e o jornalismo, podemos perceber que a informação transmitida hoje não é universal e feita apenas para quem é vidente e ouvinte. Como já citado, entendemos que o direito à informação é o ponta pé inicial para que os cidadãos possam ter contato com os demais direitos. Neste sentido, o uso do Desenho Universal nos dispõe;

Com a inclusão arraigada na base da formação e informação, podemos dar um passo à frente e não falar mais nesse conceito isolado, que cria mecanismos e ferramentas para trazer ao seio social um grupo de pessoas que estão à margem desse processo. Estamos levantando agora uma outra questão, mais abrangente e, sem dúvida, principal:

---

<sup>13</sup> Disponível em: [http://www.mc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26611&catid=273](http://www.mc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26611&catid=273)

---

defender um mundo de acessos universais, sem segregações, um mundo para todos. (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008, p.5)

Desta forma, ainda que o público cego ou surdo, seja em menor número, comparado às pessoas “videntes” e “ouvintes”, a possibilidade de “conteúdo universal” não pode ser descartada pelas empresas jornalísticas e por isso propomos aqui que este processo seja realizado nas práticas de um modo geral, seja ele para TV, rádio, web ou impresso, tendo em vista que o roteiro para a produção da pauta é a mesma. Cada meio possui a suas especificidades, entretanto, na contemporaneidade, temos os quatro meios jornalísticos unidos. A voz, imagem, texto e foto formatam a reportagem hoje.

Com o jornalismo em uma nova era e com a tecnologia disponível hoje, a acessibilidade comunicativa garante não só às PcD, mas sim todos os cidadãos a, além do recebimento de informações, a interação e navegação, fazendo com que estas pessoas possam contribuir com os veículos noticiosos. Por isso, acreditamos em uma revisão das práxis jornalísticas para a produção de conteúdos.

## **METODOLOGIA**

O primeiro passo do processo metodológico deste trabalho foi identificar à problemática, pois “um problema mal formulado será um problema mal resolvido” (BACHELARD, 1981, p. 134). Depois da pergunta problema, realizamos a pesquisa da pesquisa, ou seja, fizemos um mapeamento para poder compreender o que já existia de publicado nesse âmbito. A pesquisa foi realizada na internet, em plataformas específicas de hospedagem de trabalho científico. A pesquisa exploratória se faz necessária para a “construção contextualizada em termos teóricos e empíricos do tema” (LIMA, 2008, p. 19), a partir disso, encontramos justificativas para subsidiar a escolha do objeto. Com isso, também estipulamos os objetivos que gostaríamos de alcançar com a pesquisa. Procuramos as bibliografias referentes à temática, bem como, elaboramos os termos para a discussão teórica do trabalho, ou seja, fundamentamos, através de publicações e de autores já lidos por nós neste processo, como explica a pesquisadora Jiani Bonin;

A pesquisa exploratória se realiza através de aproximações empíricas ao fenômeno concreto a ser investigado com o intuito de perceber seus contornos, nuances, singularidades. Tatear o fenômeno, explorar aspectos que interessam à problemática em construção, na sua feição concreta, caracterizam este processo. (BONIN, 2011, p. 5)

Neste sentido, apesar de existir poucas pesquisas voltadas a essa problemática, este fato apenas nos deu mais certeza que precisávamos realmente investir no nosso projeto, pois ele era raro e necessário. Como havia muitos trabalhos voltados à acessibilidade, entretanto, com outras direções, percebemos que eles utilizavam bastante das leis e decretos publicados a favor das PcD. Diante disso, levantamos todas as leis, porém ligadas à comunicação, que se fazem presente neste trabalho. Outra boa referência foram os blogs e sites que as próprias PcD criaram.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo deve, ou pelo menos deveria ser um reflexo da sociedade e vice-versa, ou seja, baseada na metodologia conhecida como a Teoria do Espelho<sup>14</sup>, no qual “a imprensa funciona como um espelho do real, apresentando um reflexo claro do cotidiano” (PENA, 2010, p. 125). Desta forma, as notícias são como são, pois a sociedade e a realidade em que ela vive a determina. Partindo disso, pode-se destacar que o leitor/ouvinte/telespectador não é um fato isolado como fomenta NOBLAT;

um jornal é ou deveria ser um espelho da consciência crítica de uma comunidade em determinado espaço de tempo. Um espelho que reflita com nitidez a dimensão aproximada ou real dessa consciência [...] Jornalismo não é obra exclusiva de jornalistas. Tanto quanto nós, os leitores são também responsáveis pelo bom e mau jornalismo. (NOBLAT, 2010, p. 21)

Diante disso, podemos perceber e comparar o jornalismo com o dia a dia das pessoas. Por exemplo, os telejornais são transmitidos, geralmente, em três momentos do dia: pela manhã (logo cedo, quando a maioria dos telespectadores estão tomando café da manhã) ao meio-dia (quando as pessoas almoçam) e no final do dia/começo da noite (quando, na maioria dos casos, os cidadãos já estão em casa). Desta forma, podemos relevar que “o leitor, o ouvinte ou o telespectador são, na realidade, os verdadeiros proprietários dos veículos” (DINES, 2009, p. 66). Baseado no que a sociedade reflete, o jornalista possui uma série de etapas para construir a notícia.

---

<sup>14</sup> É a teoria mais antiga. Inspira-se no Positivismo do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857). Disponível em: <http://teoriadojornalismouniube.blogspot.com.br/2010/11/teoria-do-espelho.html>

---

A redação jornalística é composta por várias pessoas, que assumem diferentes funções: produtor (produz a pauta, marca entrevistas com as fontes, apura os fatos), repórter (pessoa que faz o contato com o fato), redator (responsável pelo texto jornalístico), editor (responsável por escolher o que o leitor/ouvinte/telespectador vai receber, ou seja, ele decide o que vai ser notícia), editor-executivo (comanda as reuniões de pauta), diretor de redação (o cargo mais alto dentro da redação. Representa o dono do veículo de comunicação) (CAVERSAN, 2009).

Neste sentido, podemos perceber que o trabalho em equipe está inserido desde o início. Tudo começa na reunião de pauta, na qual participam os editores de cada editoria (economia, política, cultura, geral, esporte, polícia, etc...), editor-chefe e o editor executivo. Nesta ocasião todos constroem o jornal juntos. Aqui é decidido o que vai ser notícia amanhã. Após esta reunião, cada editor conversa com os produtores e repórteres da sua editoria para distribuir as pautas.

Decididas às pautas, é hora da apuração. Feito isso, é o momento de ir a campo. Feitas as entrevistas, fotos, imagens e anotações, o repórter volta para a redação. É hora de conectar as ideias. Escrever e escolher as fotos para o jornal impresso, editar as imagens e produzir o texto para o telejornal, editar o áudio para o rádio ou fazer tudo isso para a web. Cada uma dessas plataformas tem as suas especificidades.

Chegamos até a edição da reportagem. Ela está quase sendo publicada e até agora não falamos de acessibilidade. Isto acontece porque nos livros de produção jornalística não a estudamos. Óbvio que somos ensinados a nos importar com quem vai receber o nosso material, ou seja, “na hora de escrever, o jornalista precisa estar sempre preocupado com quem lerá o que ele está produzindo” (BRASLAUSKAS; FLORESTA, 2009, p. 121), entretanto, até que ponto isso ocorre?

A edição acabou. O jornal está na banca, pronto para ser lido por quem é vidente. O telejornal começa daqui a pouco, pronto para ser assistido e ouvido por quem é vidente e ouvinte. Já ligou o rádio? Tá escutando? Então vamos para a web, lá tem tudo isso em um lugar só, mas não para todo mundo.

Como já citado aqui, acreditamos e defendemos que a Acessibilidade Comunicativa deve estar presente desde a ideia de pauta, ou seja, ser uma das práticas jornalísticas, na qual o jornalista, na construção da narrativa, construa também um conteúdo acessível e não o formate depois de pronto para a acessibilidade, formando um conteúdo diferente e potencializando a exclusão destas pessoas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, G.-A. **Epistemologia**, edições 70. [S.l.]: Lisboa, 1981.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação**. Ciência da Informação, v.25, nº3, 1996.

BONITO, Marco. **Jornalismo digital deficiente e inconvergente**. Anais do INTERCOM, Fortaleza, 2012.

\_\_\_\_\_. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil**. Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2015.

\_\_\_\_\_. **A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital**. Revista Latino-americana de Jornalismo | ANO 3 VOL.3 N.1 João Pessoa – Brasil, 2016.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: < <http://www.dudh.org.br/declaracao/> > Acesso em: 15 de Maio de 2016.

BRASLAUSKAS, Lígia; FLORESTA, Cleide. **Técnicas de reportagem e entrevista em Jornalismo: Roteiro para uma boa apuração**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BONIN, J. **Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação**. in: Maldonado, E. et. al. Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos., 2ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19–42.

CARLETTO, Ana Cláudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Um conceito para todos**. Disponível em: < [http://www.vereadoramragabrilli.com.br/files/universal\\_web.pdf](http://www.vereadoramragabrilli.com.br/files/universal_web.pdf) > Acesso em: 25 de agosto de 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CAVERSAN, Luiz. **Introdução ao Jornalismo diário: como fazer jornal todos os dias**, v.1; Magaly Prado (org.). – São Paulo : Saraiva, 2009

DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. - 9. ed – São Paulo: Summus, 2009.

GENTILLI, Victor. **O conceito de Cidadania, Origens Históricas e Bases Conceituais: os vínculos com a comunicação**. Revista Famecos, Porto Alegre, nº 19, dez, 2002.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Disponível em: < [http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php) >. Acesso em: 17 de agosto de 2016.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo** – O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo, Geração, 2003.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. – 2. Ed. rev. e atualizada – São Paulo : Saraiva, 2008.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de Souza; GALDINO, Karine. **Cidadania, novos tempos, novas aprendizagens: novos profissionais?**. Em questão, v.9, nº 1, p. 69-78, 2003.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7ª ed – São Paulo : Contexto, 2010.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 2. ed., 4ª reimpressão – São Paulo : Contexto, 2010.

SASSAKI, Romeu. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. - Rio de Janeiro: WVA, 1997. Rio de Janeiro

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis : Insular, 2005